IMPRESSO

BOLETIM SINTEPS

FILIADO À CUT E À FASUBRA

Nº 51 - Novembro/2015

JUNTOS, CONQUISTAMOS MAIS!

Sinteps na rede
Site: www.sinteps.org.br
Facebook: http://www.facebook.com/sindicatodostrabalhadores.sinteps
Twitter: https://twitter.com/SINTEPS1993

Medidas do Ceeteps atacam direitos dos trabalhadores e a organização da escola pública

Sinteps reivindica audiência para negociar revogação e garantias à comunidade escolar

Os Diretores de Base, Diretores Regionais e Diretores Executivos do Sinteps, reunidos no dia 27/10, na sede da entidade, discutiram algumas medidas que vêm sendo tomadas pela Superintendência do Centro Paula Souza, em sintonia com a política do governo Alckmin, e que ameaçam direitos dos trabalhadores das ETECs e FATECs, bem como da comunidade atendida. São elas:

1) Relação mínima candidato/vaga para abertura de cursos

O governo Alckmin está lançando novo ataque contra o ensino público, em especial contra a educação técnica e tecnológica ofertada no Centro Paula Souza: a nota de corte nos vestibulares e vestibulinhos, bem como a exigência de 1,5 candidato/vaga nas ETECs e FATECs para que um curso seja mantido, já a partir de 2016.

O Sinteps vem cobrando a revogação da medida, pois não condiz com o papel da escola pública. O Sindicato quer saber quais são os critérios, com detalhes fundamentados, que estão sendo utilizados para chegar à relação 1,5 candidato/vaga como requisito para evitar o fechamento de um curso. A imposição de tais limites está sendo feita sem qualquer transparência ou debate com a comunidade escolar.

Na maioria dos casos em que houve queda de demanda, isso se deve à expansão desenfreada e eleitoreira, sem planejamento e estudo real das necessidades regionais. Muitas vezes, por falta de políticas de incentivo à permanência dos estudantes, seja pela infraestrutura precarizada ou pela ausência de bolsas de iniciação científica, os interessados vão deixando de procurar as ETECs e FATECs. Ou seja, responsabilidade do governo!

2) Fechamento de cursos de EM

O que poderia ser um grande avanço no Centro – a volta do ensino técnico integrado ao médio – tende a se transformar em novos prejuízos para os trabalhadores, estudantes e suas famílias. Ao devolver às ETECs o ensino integrado, o governo Alckmin ameaça com um retrocesso: acabar com o ensino médio.

O Sinteps defende que todas as modalidades oferecidas pelo Ceeteps – médio, técnico, médio integrado ao técnico e tecnológico – sejam mantidas e recebam infraestrutura para funcionar com qualidade.

No caso da ameaça de extinção do ensino médio, vale lembrar que esta

Leia nesta edição

Enquadramento dos aposentados: Prejudicados devem entrar na justiça. Saiba o que fazer *Pág. 2*

Eleições para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do Sinteps aguardam parecer da justiça. Veja porquê *Pág. 3*

Conheça os novos Diretores de Base do Sinteps, eleitos no final de agosto *Pág. 3*

Ataques à educação pública e aos direitos da mulher: CDB aprovou moções de repúdio *Pág. 4*

modalidade já comprovou sua qualidade – como mostram os sucessivos resultados do ENEM – e é uma necessidade real para as comunidades atendidas pelas ETECs. Enquanto se discute nacionalmente a necessidade de fortalecer este nível de ensino, o Centro ensaia um passo atrás, com a possibilidade de deixar salas ociosas e profissionais gabaritados desempregados.

Por outro lado, a bem-vinda oferta do ensino técnico integrado ao médio precisa estar acompanhada da adequação das unidades: alimentação decente, espaço para estudos e lazer aos estudantes.

3) Alteração dos critérios de atribuição de aulas

O Sinteps analisou detalhadamente o conteúdo da Deliberação Ceeteps nº 23, de 13/8/2015, publicada no Diário Oficial de 19/9/2015, que dispõe sobre a atribuição de aulas nas ETECs e FATECs. Duas medidas foram consideradas ilegais:

- O **Artigo 9, Parágrafo 1º**, informa que se constitui como formalidade essencial, por parte do professor, para o ato de atribuição de aulas, "a juntada de declaração sobre sua situação funcional de acumulação de empregos e cargos públicos, limite e compatibilidade de carga horária que permita a ocorrência de ampliação, manutenção, redução, recomposição de carga horária, inclusive em caráter excepcional".

O problema neste item é o que NÃO está dito, ou seja, que o Centro considera como limite para acúmulo o total de 64 horas semanais. Para o Sinteps, não há dúvida de que vale o que regulamenta a Constituição para estes casos: não há limite de acúmulo de horário, mas apenas a exigência de compatibilidade entre os trabalhos do professor.

- O **Artigo 15, parágrafo 4º**, diz que será "considerada redução voluntária de carga horária a recusa do docente em aceitar a atribuição de aulas disponíveis para serem ministradas em períodos fora da disponibilidade de horário declarada".

O Sinteps tem convicção de que esta é uma medida ilegal, inclusive contraditória ao que diz o Artigo 10, Inciso V: "Entende-se por redução voluntária o pedido expresso do docente em diminuir o número de aulas livres de sua carga horária."

4) Aumento da hora atividade nas ETECs

Uma das conquistas do plano de carreira implantado após a greve de 2014 foi a ampliação da hora atividade dos docentes de ETEC para 30%, a partir de 2016.

Agora que a efetivação dos 30% se aproxima, correm boatos em algumas ETECs de que o Centro obrigaria os professores a cumprirem a metade desse percentual - portanto, 15% - na unidade. Os docentes da ETESP avisaram ao Sindicato que já receberam documentos com esse teor.

A aplicação de quaisquer medidas para implantação do aumento da hora atividade nas ETECs em desacordo com a legislação aprovada (como prevê a nova carreira) e em prejuízo dos professores é ilegal. Se tiver que cumprir metade da hora atividade na unidade, na prática o docente estará aumentando sua carga horária de trabalho... com o mesmo vencimento salarial. Nada ampara o Centro a tomar tal medida.

Inclusive, seria absurdo exigir que o docente cumpra qualquer percentual de sua hora atividade na escola, uma vez que não há a mínima infraestrutura para isso, nem mesmo espaço físico. A hora atividade serve para que o professor prepare as aulas, elabore e corrija provas e trabalhos, entre outras atividades relacionadas ao seu trabalho.

Reunião, já!

O Sinteps já solicitou audiência à Superintendência para debater a aplicação de tais medidas e requerer a consequente revisão das normas que reduzem vagas, extinguem cursos e retiram direitos dos trabalhadores. Isso interessa de perto à categoria.

Enquadramento dos aposentados: SPPrev barra e Sinteps propõe ação judicial

Após cobrança do Sinteps (fundamentada em leis e jurisprudências) a Superintendência do Centro reconheceu que estava errando com os aposentados autárquicos/estatutários em relação ao enquadramento de julho/2015, previsto na nova carreira, conquistada com a greve de 2014. O Centro concordou que eles também tinham direito a receber uma nova progressão por tempo de serviço (um grau a cada dois anos de efetivo exercício).

Quando parecia estar tudo definido, no entanto, o Sinteps começou a ser contatado por vários aposentados, que afirmavam não ter recebido o enquadramento. A Diretoria do Sindicato acionou o Centro e recebeu a seguinte informação: A São Paulo Previdência (SPPrev), responsável pelas aposentadorias dos estatutários, não havia concordado com o pagamento. A alegação da SPPrev, baseada em sua Procuradoria Jurídica, é a de que somente os servidores ativos teriam direito ao enquadramento.

O setor de RH do Centro afirmou que recorreria da decisão da SPPrev, mas até o fechamento deste boletim, em 30/10/2015, não houve retorno positivo. Como o pagamento do enquadramento aos aposentados não se efetivou nos salários de outubro, o Sinteps orienta os prejudicados a ingressarem na justiça, pois não há dúvidas quanto aos seus direitos.

Como proceder

Entre no *site* (www.sinteps.org.br), no item "**Jurídico**", em "**Ações individuais**". Clique em "**Atualização do benefício SPPrev**", onde constam os documentos e procurações necessárias.

Envie tudo para:
Sinteps, Caixa Postal 13.850,
CEP 01216-970, São Paulo, SP.

Expediente

Órgão Informativo do **SINTEPS** - **Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de SP**.
Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro.
Cep 01124-060 - São Paulo - SP.

Endereço para correspondência: Caixa Postal 13.850, Cep 01216-970 - SP/SP
Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.
E-mail: sinteps@uol.com.br **Site**: http://www.sinteps.org.br
Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458 - bah0609@bol.com.br)
Tiragem desta edição: 2.700 exemplares

Organização

Conheça os Diretores de Base eleitos em agosto

Nos dias 26 a 28 de agosto, foram realizadas eleições para renovação do Conselho de Diretores de Base (CDB) do Sinteps. Todas as unidades (ETECs e FATECs) com um mínimo de cinco filiados tiveram direito a eleger representantes, em quantidade proporcional ao seu número de sindicalizados. Nas que ainda não contam com Diretores de Base, vale lembrar que as eleições podem ser realizadas a qualquer momento.

Tendo em vista a vasta distribuição geográfica do Centro, o Diretor de Base tem uma função muito importante na organização da categoria. Cabe a ele repassar informações, preparar assembleias e reuniões, conversar com os colegas... enfim, trabalhar pela organização e mobilização da unidade, sempre tendo em vista os interesses da categoria. Periodicamente, participa de uma reunião do CDB em São Paulo, na sede do Sinteps, que delibera propostas para serem postas em prática pela Diretoria Executiva.

Como fruto das lutas da categoria, os companheiros eleitos têm resguardados todos os seus direitos, como é o caso do efetivo exercício nos dias de reunião. Além disso, todas as despesas de locomoção e alimentação são pagas pela entidade.

A seguir, confira a lista dos eleitos:

Administração Central: Paulo Lemos

FATEC/SP: Cristiane Vieira Beserra, Elizabeth Ap. Souza, Itamar Tadeu Moll, Márcio José da Silva e Regina Helena Borges R. Rafael.

FATEC José Crespo Gonzales: Sidney Esteve Monteiro

FATEC Rubens Lara: Marilene Ricardo Lacerda e Rita de Cássia Nilo dos Santos.

ETEC Conselheiro Antônio Prado: Carlos Roberto de Souza, Gisele Falcari Ramos da Silva e Regina Gut Barros.

ETEC Jorge Street: Edson Militão da Silva e Luiz Arnaldo de Almeida.

ETEC Getúlio Vargas: Lúcia Keiko Miura, Edison Nesladek Satiro, Marilde Ap. da Silva e Rozangela Souza Oliveira da Silva.

ETEC Júlio de Mesquita: José Aparecido de Barros

ETEC Rubens de Faria e Souza: Arlindo Teodoro de Sousa Júnior, Fernanda Gonçalves Fontes e Maria Regina Rossetto Solano.

ETEC São Paulo: Glória de Noronha Campos e Michelangelo Marques Torres.

FATEC Pref. Octávio P. de Almeida – Jahú: Edson Siqueira dos Santos e Paulo Albano.
ETEC Albert Einstein: Marcelo dos Santos e Renato Ramos Aguiar.

ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos: Ademir Máximo dos Santos.

ETEC Prof. Dr. Antônio Eufrásio de Toledo: Pierro Eduardo Perego.

ETEC Prof. Aprígio Gonzaga: Márcia Ap. de Oliveira Alves, Sirlene Sales Maciel e Taiz Cristine dos Santos.

ETEC Aristóteles Ferreira: Adalberto Franco, André Ferreira Schalch, Carlos Kenji Ito, Fábio Santos Teixeira, Hilda Ap. Alves de Souza, Joanildes Bezerra Leite, José Renato Spina Martins, Luiz de França Duarte, Michell de Souza Porcíncula e Roberto Santos.

ETEC Augusto Tortolero Araújo: Roberto Romeiro da Silva.

ETEC Dr. Carolino da Motta e Silva: Márcio José Dionísio e José Aparecido Sartori.

ETEC Cônego José Bento: Mara Sandra Alves Carneiro.

ETEC Profª. Carmelina Barbosa: Eugênio Cristóvam e Geni Elizabeth Alves Lopes.

ETEC Elias Nechar: Eryka Pereira Matos, Francys Dafne Seignemartin, Hilda Pereira de Oliveira, Margarete M.M. Angeli e Miquéias Ferreira de Oliveira.

ETEC Francisco dos Santos: Sandro Cássio Medeiros.

ETEC Francisco Garcia: Emílio Campos Costal e Patrícia Ap. de Souza Macedo.

ETEC Guaracy Silveira: José Miguel Pereira.

ETEC Horácio Augusto da Silveira: Laércio Guerreiro de Souza.

ETEC João Gomes de Araújo: Alex Ap. Monteiro, Ana Lúcia de Oliveira, Cláudio Martins Júnior, Ivan Bezerra de Almeida, Lucas Sant'Ana Antunes, Luís Gonzaga de Castro Júnior, Odisael Vieira de Siqueira, Patrícia de Cássia da Costa Silva e Renata Ap. da Silva.

ETEC Dr. Júlio Cardoso: Luiz Antonio de Moraes.

ETEC Dr. Luiz César Couto: Ronaldo Garcia Almeida.

ETEC Martin Luther King: Itamar Ernandes, Paulo Roberto Murger Nogueira e Rita Izabel B. Mazzuchi.

ETEC Philadelpho Gouvea Netto: Luís Otávio Piocoppi.

FATEC Zona Leste: Marly Cavalcanti.

FATEC Botucatu: Vladimir Rodrigues Piovezan.

ETEC Dona Escolástica Rosa: Cláudio Rodrigues.

FATEC Porof. Jessen Vidal: Cristiano Julio Barreira, Marcos Issamu Kokehara e Wander Bessa.

FATEC Piracicaba "Dep. Roque Trevisan": Elisângela Aparecida de Lima, Gisele Gonçalves Bortoleto, Luciana Fischer e Luciana Moreira Martins Vieira.

ETEC de Suzano: Felipe Roberto Martins.

FATEC Ipiranga: Roberto Nicolosi.

ETEC Zona Leste: Deli Silva e Robson Pereira.

Eleições para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal

Apuração apontou vitória da "Chapa 1 – Sinteps sempre na luta", com 73,82% dos votos

Efeitos da eleição estão sustados, no aguardo de posicionamento final da justiça

No dia 10/10/2015, a Comissão Eleitoral, responsável pela condução das eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do Sinteps – gestão 2015/2018 –, coordenou o trabalho de apuração dos votos na sede da entidade. O pleito foi realizado nos dias 7, 8 e 9 de outubro, com os votos sendo colhidos por 37 urnas itinerantes, conforme roteiro divulgado.

Feita a apuração, que pôde ser acompanhada pelos fiscais de chapa que assim o desejaram, os números foram os seguintes:
- Total de votos colhidos: 1.398
- Chapa 1 – Sinteps Sempre na Luta: 1.032 votos (73,82%)
- Chapa 2 – Oposição Muda Sinteps: 335 votos (23,96%)
- Brancos: 8 votos (0,57%)
- Nulos: 23 votos (1,65%)

Efeitos da eleição estão sustados

De acordo com decisão da juíza Letícia Neto Amaral, da 60ª Vara do Trabalho de São Paulo, em ação proposta pela Chapa 2 (processo nº 0001926-29.2015.5.02.0060), **os efeitos da eleição estão sustados, no aguardo de posicionamento final da justiça**.

Em sua decisão, datada de 7/10/2015, a juíza assim determinou:

"Considerando que já houve a declaração de sustação dos efeitos da eleição sindical por este Juízo, prejudicado resta o pedido de suspensão de coleta de votos. Outrossim, por ora, indefiro o pedido de designação de audiência, podendo, a critério deste Juízo, depois de contestada a ação, de apresentada réplica e de apresentado o parecer do Ministério Público do Trabalho, ser designada audiência para oitiva das partes e produção de provas do alegado descumprimento da decisão liminar".

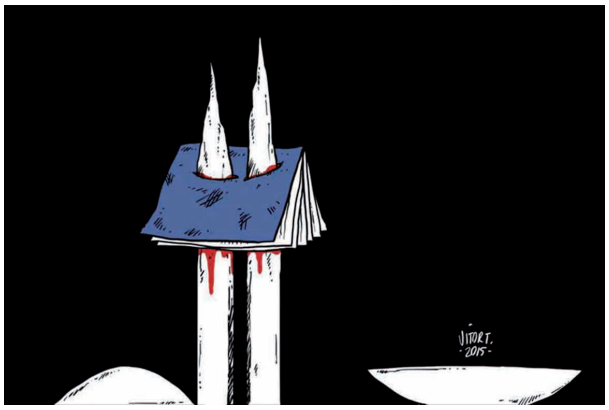
O Sinteps manterá a categoria informada sobre o desenrolar dos fatos.

Conjuntura

Moções do Sinteps repudiam ataques a direitos sociais e à educação pública

Reunidos no dia 27/10/2015, os Diretores de Base, Diretores Regionais e Diretores Executivos do Sinteps aprovaram três moções sobre temas importantes da conjuntura. A seguir, confira um resumo de cada uma delas, já divulgadas integralmente no site da entidade:

PEC 395/14: Portas abertas à privatização da educação superior pública



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 395/14, de autoria do deputado Alex Canziani (PTB-PR), já aprovada em primeiro turno na Câmara, no dia 21/10/2015, mantém a exigência de gratuidade somente nos cursos regulares oferecidos pelas instituições públicas de ensino superior. Ficam de fora – portanto, podem ser cobrados – cursos de especialização, MBAs, treinamento e aperfeiçoamento, bem como quaisquer atividades de extensão.

O Sinteps subscreveu nota de alerta e repúdio elaborada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), em defesa incondicional da gratuidade em toda a oferta de matrículas, da creche à pós-graduação.

Reorganização da rede: Não às demissões e aos prejuízos à comunidade

Sem qualquer debate prévio com a comunidade diretamente envolvida, no dia 22/9 a Secretaria da Educação (SEE-SP) anunciou a intenção de reorganizar as escolas por ciclos de ensino a partir de 2016. Com isso, a maioria das escolas passará a atender somente um dos três ciclos do ensino: anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º), anos finais (6º ao 9º) e Ensino Médio. Estima-se que cerca de um milhão de alunos serão obrigados a se transferir de suas unidades atuais; segundo o governo, 94 escolas serão fechadas.

Em nota, a Apeoesp afirma não haver "preocupação pedagógica na reorganização, tratando-se apenas de uma mudança física, descolada de um verdadeiro projeto educacional, que vai desorganizar a rede". Em vez disso, a Apeoesp enfatiza que o governo deveria "valorizar os profissionais do magistério e resolver os problemas estruturais das escolas, assegurando condições de trabalho aos professores e de aprendizagem aos estudantes".

O Sinteps soma sua voz à das entidades sociais e sindicais, repudiando a adoção de medidas de tão grande impacto sem uma ampla discussão com a sociedade paulista, em especial com os principais setores sociais envolvidos.

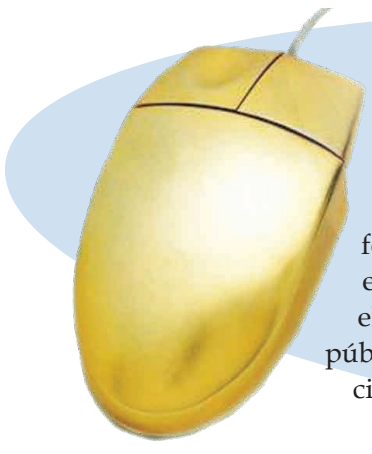
PL 5069/2013: Retrocesso e ataque aos direitos da mulher

O Sinteps soma sua voz à denúncia que vem sendo feita por entidades ligadas aos movimentos sociais e de defesa dos direitos da mulher, contra a aprovação do Projeto de Lei (PL) 5.069/2013, do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

O projeto, que modifica a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Lei 12.845/13), foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados no dia 21/10/2015.

Se aprovado no plenário da Câmara, para onde segue agora, o PL representará um grande retrocesso nos direitos da mulher, especialmente àquelas vítimas de estupro. Na prática, ele complica e limita o atendimento às vítimas de violência sexual, introduzindo a obrigatoriedade de registro de ocorrência e exame de corpo de delito. Atualmente, a decisão de ir ou não à delegacia cabe à mulher.

A aprovação do PL 5.069/2013 na CCJC é mais um ataque aos direitos da população, que vem à tona em meio à onda reacionária que se espalha pelo país, pelas mãos de políticos de coloração fascistoide, como Eduardo Cunha e seus seguidores. Os direitos da mulher, tão duramente conquistados, não podem ser abolidos com uma simples canetada, como desejam estes senhores.



Confira no site

Sinteps presente na última audiência do Plano Estadual de Educação

No dia 27/10/2015, o plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo foi tomado por cerca de 600 pessoas, em sua maioria professores, estudantes e representantes de movimentos sociais e sindicais ligados à educação, entre eles representantes do Sinteps. Eles participaram da sexta e última audiência pública sobre o Plano Estadual de Educação (PEE). As anteriores ocorreram em cidades do interior e Baixada Santista. Leia mais no *site*, na seção de Notícias.